




The contribution of higher education institutions to the development of the state of Alagoas: A brief history

A contribuição das instituições de educação superior para o desenvolvimento do estado de Alagoas: Um breve histórico

RAMOS FILHO, Augusto Ferreira⁽¹⁾

 0000-0001-8375-4024; Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, Doutor em Administração pela UFPB, BRAZIL. augusto.filho@uneal.edu.br

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

ABSTRACT

This article aims to tell the history of higher education in the state of Alagoas from the perspective of regional development. In this sense, the chronology of events is linked to the history of each institution. In order to facilitate the positioning of the history of the institutions and, therefore, of the history of higher education in Alagoas, a timeline was prepared to summarize the findings. The methodology is based on an interpretative qualitative approach, based on a semi-structured interview script, interpreted based on content analysis by category of analysis. The results show that higher education in Alagoas, since its genesis in the 1930s, has been linked to the state's elite, which has done very little to democratize its access. This history can be broken down into three specific moments, namely: a first moment of the search for knowledge, a second of struggle for the democratization of access, specifically for the interior of the state, and a third of the consolidation of higher education.

RESUMO

Esse artigo tem o objetivo de contar a história do ensino superior do estado de Alagoas a partir da perspectiva do desenvolvimento regional. Nesse sentido, a cronologia dos eventos está ligada à história de cada instituição. Com o intuito de facilitar o posicionamento da história das instituições e, portanto, da história do ensino superior em Alagoas, uma linha do tempo foi elaborada para resumir os achados. A metodologia é de base qualitativa interpretativista realizada a partir de roteiro de entrevista semiestruturado e interpretado a partir da análise conteúdo por categoria de análises. Os resultados mostram que o ensino superior em Alagoas, desde sua gênese na década de 30, esteve vinculado a elite do estado, que muito pouco fez para democratizar o seu acesso. Essa história pode ser desmembrada em três momentos específicos, a saber: um primeiro momento de busca pelo saber, um segundo de luta pela democratização do acesso, especificamente para o interior do estado, e um terceiro de consolidação do ensino superior.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 10/03/2022

Aprovado: 08/07/2022

Publicação: 10/10/2022



Keywords:

Higher education institutions, Development, History

Palavras-Chave:

Instituições de educação superior, Desenvolvimento, História

Introdução

Este é um estudo qualitativo sobre as contribuições das instituições de educação superior para o desenvolvimento do estado de Alagoas. Faz parte de uma pesquisa maior, destinada a compreender como estas instituições promovem o desenvolvimento de uma região. Em contato com os entrevistados, percebeu-se a necessidade de contar a história das principais instituições de educação superior deste estado. Esse artigo é inspirado em suas falas, as quais serão usadas ao longo da pesquisa.

Alagoas é um dos estados da Região Nordeste da República Federativa do Brasil. O estado faz fronteira com três outros estados da mesma região: Pernambuco, Sergipe e Bahia. Segundo o censo do IBGE de 2021, a população é de 3.365.351 pessoas distribuídas em uma área territorial de 27.843,295 km². Ainda, 73,54% da população é rural, ao passo que 26,36% reside nas áreas urbanas.

O índice de desenvolvimento humano é de 0,631, o que faz com que Alagoas ocupe a última posição em relação aos outros estados brasileiros. Isso possivelmente se reflete no rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de apenas R\$ 777,00. Esse rendimento coloca Alagoas em uma estratificação de pobreza, fazendo com que ocupe o penúltimo lugar em relação aos outros estados da federação nesta categoria.

O índice de educação de pessoas com idade igual ou superior a 25 anos (1.607.190 ou 52% da população) também é alarmante: 17,8% desta população não possui instrução, 39,7% possuem o ensino fundamental incompleto, 6,6% ensino fundamental completo, 3,9% ensino médio incompleto, 21,1% ensino médio completo, 2,5% ensino superior completo e 8,4% ensino superior completo (Secretaria do Estado, 2022).

A porcentagem de pessoas, por cidade, com ensino superior completo, tendo como referência o ano de 2010. Dos 102 municípios do estado de Alagoas possuem pessoas com formação superior e são estratificados da seguinte maneira: 14 municípios que possuem entre 1,21% - 2% da população com formação superior, 61 municípios com índice entre 2% a 5%, 24 municípios com porcentagem entre 5% a 8%, 2 municípios entre 8% e 12% e apenas um município, a capital, Maceió, com taxas entre 12% a 16,84% de pessoas com ensino superior (Secretaria do estado, 2022).

A trajetória da educação superior de Alagoas pode e deve ser contada a partir de uma perspectiva histórica. No entanto, este artigo protagoniza os entrevistados, desde este momento introdutório, uma vez que participaram e continuam atuando no processo de melhoramento dos preocupantes índices descritos nos parágrafos anteriores. Ainda mais importante, as falas dos entrevistados não destoam da história da educação superior do estado

conforme se verá no referencial teórico. Nesse sentido, resta o questionamento do que levou o estado a ter índices tão precários, principalmente no que se refere à educação? O entrevistado 2, ao refletir sobre a educação do estado de Alagoas, parece compreender algumas dessas dinâmicas:

Fragmento (01)

(...) apesar da gente ter avançado com restrições ainda, mas quando a gente olha para a história dos governos de Alagoas, a gente faz um pouco dessa análise, do que são esses governos, quem são os sujeitos que estão nesses governos, você vê que não há interesse em mudar muito o status quo da situação de muitas pessoas, o estado extremamente agrícola, canavieiro, em que o cortador de cana não precisa de ensino superior, então pouco se investiu numa nova perspectiva, muitos estados nos anos 80, com o processo de redemocratização, e eu digo os estados nordestinos, a maioria não conseguiram dar um salto no sentido de transformar as elites políticas (...).um latifundiário vinculado aquela política da indústria da seca, aquele sujeito, aquele coronel do sertão (Informação verbal).

No fragmento (01), o entrevistado 2 compartilha um sentimento negativo em relação à educação no estado. Ao usar a seleção lexical “avançado com restrições”, o entrevistado parece inferir que, apesar da educação ter se desenvolvido, ainda há muito que precisa ser feito para mudar a realidade da educação alagoana. Segundo esse, os entraves de mudança são os governos do estado. Nas seleções lexicais “nesses governos” e “mudar muito o *status quo*”, o entrevistado 2 compartilha uma posição muito particular sobre o não avanço da educação no estado.

Pode-se inferir que o entrevistado transfere a responsabilidade, ou melhor, responsabiliza os governos do estado de Alagoas pelos índices de educação precários. Há uma razão pela qual a educação não foi priorizada no estado. Ao usar a seleção lexical “estado extremamente agrícola” o entrevistado 2 argumenta que, devido ao trabalho braçal do campo, sem necessidades de esforço mental nem portanto, de educação, os governos não investiram nesta área. Verçosa (1997, p.66-67), ao falar sobre as origens da educação no estado de Alagoas, corrobora com o entrevistado 2 ao afirmar que: “a natureza eminentemente rural e escravista do meio não requeria, ainda, grandes esforços educacionais”. No entanto, o não investimento na educação, na atualidade, é fruto de uma política denominada pelo entrevistado 2 como “indústria da seca”. Esta indústria da seca, da escassez, é descrita por ele como vinculada ao símbolo do coronel do sertão. Essa metáfora remete a figura autoritária do coronel que se coloca em uma posição superior, explorando a terra por meio de mão-de-obra barata e subserviente.

Talvez a culpabilidade do governo pelo avanço tímido da educação do estado seja mais bem compreendida com a metáfora do coronel, uma vez que a palavra deste tem mais importância, em detrimento da de seus servidores. O entrevistado 2 afirma nos sussurros de suas entrelinhas que educar o povo é dar-lhe uma voz e que talvez por isso os governos não estiveram interessados em mudar a realidade do povo de Alagoas, condicionando-o a uma vida rural, sem acesso à educação e, portanto, sem acesso à informação. A ruralidade do estado ainda é forte, uma vez que mais de 70% da população se encontra nas regiões rurais.

Ao responsabilizar o governo pela falta de incentivo à educação, o entrevistado 2 se coloca em um primeiro momento, em posição de passividade, dependente da esfera governamental. No entanto, ao usar a seleção lexical “no sentido de transformar as elites políticas”, apresenta uma posição mais protagonista, sem dizer, mas querendo dizer que cabe à população mudar os governos ou, como posto por ele, transformar as elites políticas, derrubar o coronel do sertão e colocar em seu lugar alguém que os represente. Talvez o entrevistado 2 tenha um sentimento muito forte em relação à educação, uma vez que veio de uma cidade pequena do sertão sem instituições de ensino superior, como destaca: **“Fragmento (02):** (...) você está numa cidade pequena, não ter a oportunidade de estudar, então porque eu vivenciei isso ao ter que sair da terra onde eu nasci, deixando toda a minha família” (Informação verbal).

No fragmento (02), ao usar a seleção lexical “eu vivenciei isso”, o entrevistado 2 incorpora sua subjetividade, sua luta pela educação. Os dilemas de poucos avanços na educação, a compreensão de um estado agrícola, o que a educação pode e, principalmente, o que pode deixar de fazer, torna o discurso do respondente 2 carregado de emoção. Esse sentimento é fruto da experiência prática do que a educação pode fazer. Em 2019, o entrevistado 2 é doutor, ocupa uma posição de privilégio e não enfrenta as mesmas dificuldades do passado, mas enfrenta o mesmo “coronel do sertão” como destaca:

Fragmento (03)

(...) em Alagoas normalmente o que você tem nas estruturas de governo, são sempre governadores ligados aos usineiros, então essa ruptura de dizer assim: Olha, agora você tem um novo governo, um governo que está atrelado a uma nova classe política (...) são os mesmos senhores que mandam há 100 anos basta olhar os sobrenomes (Informação verbal).

No fragmento (03), o entrevistado 2 declara, em sua percepção, as alianças do governo com os produtores agrícolas. Na seleção lexical “governadores ligados aos usineiros” o entrevistado 2 parece sugerir que os representantes do governo têm mantido ligações estreitas

com os usineiros, ou melhor dizendo, com os proprietários das empresas agrícolas do estado. Estes dependem de mão de obra não qualificada e talvez, no imaginário do respondente, essa seja a razão do “avançado com restrições”, conforme apresentado no fragmento (O1).

No entanto, na seleção lexical “os mesmos senhores que mandam há 100 anos”, o entrevistado 2 retorna a uma visão pessimista do desenvolvimento da educação no estado de Alagoas. A lógica parte do entendimento das suas falas agrupadas. Se o avanço da educação foi restrito devido a não necessidade de mão-de-obra qualificada, uma vez que, no passado, o estado dependia primordialmente do setor agrícola, e se os vínculos com líderes de estado que estiveram ligados a esse setor ainda estão mantidos no presente, pode-se inferir que educação também não é prioridade na atualidade. Como evidência de sua argumentação, o entrevistado 2 utiliza a seleção lexical “os sobrenomes”, como indicativo de que os governos não mudaram, mas foram passados pelas mãos de poucas famílias. Daí, segundo este, a necessidade de um “novo governo”.

Esse artigo tem o objetivo de contar a história do ensino superior do estado de Alagoas a partir da perspectiva do desenvolvimento regional. Nesse sentido, a cronologia dos eventos está ligada à história de cada instituição. Com o intuito de facilitar o posicionamento da história das instituições e, portanto, da história do ensino superior em Alagoas, uma linha do tempo foi elaborada e será tratada posteriormente.

A história da educação do estado de Alagoas foi marcada pela realidade apresentada pelo entrevistado 2, ou seja, controlada pelo “coronel do sertão”. De acordo com Bonan (2010) a educação do estado não mereceu destaque até a segunda metade do século XIX, uma vez que estava restrita as famílias mais abastadas que podiam encaminhar seus filhos para centros mais avançados, a saber: Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Contudo, uma possibilidade de profissionalização, não destinada às elites, mas às camadas mais humildes, se configurou com o surgimento da Escola de Aprendizes Artífices.

Esta pesquisa está estruturada a partir desse momento introdutório, seguido do referencial teórico, metodologia, análise de resultados e considerações finais.

Referencial Teórico

Esta parte do artigo destina-se a contar uma breve história sobre as instituições de educação superior do estado de Alagoas. Pretende-se construir a partir da história e da percepção dos principais atores destas instituições uma compreensão de como se deu os eventos históricos e como foram percebidos por suas lideranças os seus impactos. Em tempo,

objetiva-se narrar os acontecimentos principais como forma de entender como as instituições de educação superior contribuíram para o desenvolvimento do estado de Alagoas.

2. 1 – O Instituto Federal de Alagoas - IFAL

O panorama inicial, o esboço do ensino superior no estado, deu-se com a criação da Escola de Aprendizes Artífices em 1909, que a época tinha apenas o objetivo de qualificar mão-de-obra especializada, segundo Bonan, para “a produção de manufatura” (Bonan, 2010, p.31). Essa necessidade surgiu, segundo a autora, devido à migração de pessoas para as capitais dos estados em busca de melhores condições de vida, forçando a esfera governamental a criar formas de acolhimento com o intuito de conter problemas sociais. Esta iniciativa do governo federal também se torna realidade no estado de Alagoas.

A Escola de Aprendizes Artífices passou por diferentes denominações até se transformar no Instituto Federal de Alagoas. Em 1937, torna-se Liceu de Artes e Ofícios, movido pela efervescência das transformações econômicas no país. Segundo Ianni (1977), essas transformações fizeram com o que os governos tentassem aumentar as bases produtivas do capitalismo por meio de criações de comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações e planos com o propósito de incentivar as atividades produtivas. Nesse mesmo ano, o Liceu de Artes e Ofícios torna-se o Liceu Industrial de Alagoas.

O Liceu Industrial de Alagoas, de acordo com Bonan (2010), estava inserido neste contexto de transformação do ensino profissionalizante, frente à crise mundial com a queda da bolsa de Nova York em 1929 e à criação do conceito do menor aprendiz, já no governo Vargas, especificamente no ano de 1942. O panorama desencorajador, segundo a autora, não impediu que o Liceu Industrial de Alagoas ofertasse cursos de caráter complementar aos conhecimentos dos operários, como extensão de suas ações à comunidade.

Frente às reformas do Estado Novo, o Liceu Industrial de Alagoas se transforma na Escola Industrial de Maceió. Bonan (2010) mostra que, com essa mudança, surge uma escola ainda mais voltada ao ensino profissionalizante, mas sem valor de ensino superior. A escola se torna Escola Industrial Deodoro da Fonseca em 1956, Escola Industrial Federal de Alagoas em 1965 e Escola Técnica Federal de Alagoas (ETFAL) em 1968. No entanto, é apenas no ano de 1999 que o ETFAL se consolida como Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas (CEFET). Essa mudança, segundo Bonan (2010), foi fundamental para a história da instituição, pois possibilitou a oferta de nível superior na modalidade tecnólogo, abrindo as portas para a educação superior nessa instituição. No entanto, segundo a autora, essa ruptura exigiu uma mudança na estrutura administrativa e nas ações pedagógicas, o que exigiu esforço,

principalmente de ordem financeira, para aumentar a infraestrutura e modernizar os laboratórios.

Bonan (2010) também sinaliza o desafio enfrentado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas no caminho de educar a população do estado, que percebia os cursos tecnológicos com muitas suspeitas, principalmente no que tange sua legitimação junto ao mercado de trabalho como profissional de nível superior. Esse representou um dos desafios mais significativos na evolução de educação profissionalizante para nível superior.

Foi apenas em 2008 que o Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas se torna Instituto Federal de Alagoas. Segundo Bonan (2010), essa mudança deu-se pela necessidade de alinhamento estratégico do governo do então Presidente Luís Inácio Lula da Silva, priorizando especialmente a educação tecnológica, para que fosse possível expandir, modernizar e criar novas frentes de trabalho, adaptando-se às questões regionais, com a missão de qualificar e dar boas condições de escolarização aos que buscam este sistema de ensino.

O Instituto Federal de Alagoas, de acordo com seu portal, se encontra distribuído em 16 campi espalhados pelo estado, a saber: Palmeira do Índios, Satuba, Marechal Deodoro, Arapiraca, Piranhas, Penedo, Maragogi, Murici, São Miguel dos Campos e Santana do Ipanema, Rio Largo, Coruripe, Batalha, Viçosa e dois campi em Maceió. Desses, oito campi, oferecem alguma modalidade do ensino superior: graduação, ou pós-graduação lato e/ou stricto sensu (Maceió, Marechal Deodoro, Palmeira dos Índios, Satuba, Arapiraca, Benedito Bentes - Maceió, Penedo e Piranhas), enquanto os outros ofertam cursos técnicos em diferentes áreas. O Instituto Federal de Alagoas possui 12.048 alunos em curso e 1.795 servidores.

É importante destacar que a história linear do Instituto Federal de Alagoas, uma evolução da Escola de Aprendizes Artífices até o presente, não se deu sem nenhum desafio. Primeiro, a própria implementação de uma escola eminentemente profissionalizante, no início do século XX, em um estado marcado pelo agronegócio, já se configura como uma barreira cultural a ser quebrada. O segundo desafio dá-se por meio das diferentes nomenclaturas e mudanças nas escolas, movidas pela esfera governamental, exigindo adaptações rápidas, para impulsionar a indústria, de forma inconsistente com a realidade agrícola do estado de Alagoas. Um terceiro desafio foi a incompreensão das pessoas do estado a respeito dos cursos tecnológicos como modalidades do nível superior.

Entretanto, os desafios de outras instituições de ensino superior do estado de Alagoas, marcadas principalmente por dificuldades e lutas, foram mais significativos do que os vivenciados pelo Instituto Federal de Alagoas. Um desses casos será relatado a seguir com a Universidade Federal de Alagoas.

2.2 – Universidade Federal de Alagoas - UFAL

A primeira instituição de ensino superior formal no estado de Alagoas foi a Academia de Ciências Comerciais de Alagoas, fundada em 1916 com o objetivo de educar seus membros em temas livres e disciplinas isoladas (Verçosa & Cavalcante, 2013). Não demorou muito tempo, segundo os autores, para se compreender que a academia, que funcionava mais como associação, aclamada pelos intelectuais da época, carecia de saberes que direcionassem o conhecimento para profissões específicas. Nesse sentido, os filhos das elites ainda continuavam a buscar formação superior em outros estados, especificamente nos cursos de direito e medicina. Percebe-se que a educação superior no estado ainda era muito restrita e condicionada ao poder aquisitivo, com acesso praticamente exclusivo às classes mais abastadas.

Verçosa e Cavalcante elucidam que a articulação da construção de uma faculdade com o objetivo, segundo esses, de criação de uma “verdadeira academia” (Verçosa & Cavalcante, 2013, p. 22), deu-se pela pessoa de Agostinho Benedito de Oliveira. com o lançamento da ideia de uma Academia de Direito. Com vínculos fortes com o Liceu Alagoano, Agostinho articulou esse empreendimento com professores dessa instituição, (majoritariamente bacharéis em Direito).

É importante destacar que os esforços de Agostinho geraram frutos, uma vez que esses professores, segundo Verçosa e Cavalcante, eram “oriundos da aristocracia rural ou a ela ligados de algum modo” (Verçosa & Cavalcante, 2013, p. 23). A motivação desses professores era de se posicionar frente a sociedade da época devido ao ostracismo político fruto da vitória da Aliança Liberal, no movimento de 1930, o que impactava a esfera estadual e, portanto, a elite alagoana. Mais uma vez, identifica-se o ensino superior associado às camadas mais ricas e às famílias que, de alguma forma, estavam vinculadas ao poder econômico do estado. Esse esforço, no entanto, só se torna realidade em 1931, com a criação da Faculdade Livre de Direito de Alagoas, instituição inicialmente de ensino particular (ou seja, restrito apenas àqueles que podiam pagar).

Neste primeiro momento, o acesso à educação estava mais uma vez limitado às elites, que não mais precisavam enviar seus filhos para outros centros, mas poderiam patrociná-los em seu estado de origem. Assim, percebe-se que as terras do “coronel do sertão”, como pontuou o entrevistado 2, ou a “terra dos marechais”, como posto por Verçosa (2006), avançou na direção do ensino superior, ainda que restrito a uma pequena parcela da população.

Verçosa e Cavalcante (2013) argumentam que a década de 50 foi marcada pelas transformações mais substanciais do cenário do ensino superior em Alagoas, com a criação das

faculdades de Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e duas de Odontologia (1955 e 1956), concedendo acesso a outras camadas da população do estado. Verçosa e Cavalcante explicitam que “essas novas escolas de nível superior, criadas por Sociedades Civis que, à exceção de Economia, foram especialmente instruídas para lhes darem origem e/ou manterem, tinham natureza privada” (Verçosa & Cavalcante, 2013, p. 36). Os autores afirmam que ainda que as mensalidades fossem de baixo custo, os estudantes nem sempre tinham facilidade de pagá-las. Ou seja, o ensino superior ainda estava limitado a quem poderia pagar.

No entanto, é apenas em 1961 que a Universidade Federal de Alagoas é criada, aglutinando as faculdades de Direito, Medicina, Filosofia, Economia, Engenharia e Odontologia. É a primeira oportunidade de acesso à educação superior pública no estado. Sobre esse aspecto, Tenório afirma que a criação da universidade abriu “espaço na hermética sociedade alagoana para indivíduos que não pertenciam às famílias tradicionais” (Tenório, 2007, p.38, grifo meu). Ao usar a palavra hermética, o autor elucida como o acesso à educação superior era fechado e indisponível para a maioria da população. O autor também esclarece que a criação de uma universidade federal com ensino público e gratuito abriu as portas para que pessoas que não pertenciam às famílias tradicionais ou, em outras palavras, que não possuíam recursos financeiros, pudessem estudar.

Ainda que o acesso à educação pública e gratuita, no momento da criação da Universidade Federal de Alagoas, estivesse assegurado no estado, ainda se encontrava concentrado na capital, exigindo que estudantes migrassem do interior para a capital em busca de qualificação superior. Esse processo migratório não era livre de custos, o que, de certa forma, tornou seu acesso excludente para a grande maioria das pessoas. A este respeito, Tenório (2007) informa que a grande maioria dos alunos buscava a casa do estudante, apesar da existência de pensões e casas de familiares. A casa do estudante, segundo o autor, era formada por repúblicas, dirigidas por estudantes eleitos em disputas eleitorais acirradas, que possuíam rituais e regras próprias.

Em entrevista informal com Douglas Tenório, autor supramencionado, esse pesquisador perguntou a importância das casas do estudante para alunos vindos do interior do estado. Esse afirma: “As casas dos estudantes foram importantes. Fui morador das duas: Secundarista e Universitária. Sem elas não teria estudado” (Grifos meus). Na seleção lexical, “fui morador”, Tenório, de forma intimista e saudosista, reflete sobre as casas do estudante. O ser morador tem um significado diferente, um símbolo, que ressoa com a seleção lexical “sem elas não teria estudado”. Tenório, filho de um feirante e uma professora primária, morador do interior do estado, compreende a importância da casa do estudante, não como um observador distante, mas como um participante que dela usufruiu e por ela conseguiu alcançar o ensino superior. Tenório é egresso da Universidade Federal de Alagoas, adentrou seus portões em

1968, ou seja, na gênese da história desta instituição e, portanto, conhece como testemunha os augúrios dos estudantes do interior em busca de qualificação superior. Na seleção lexical “Secundarista e Universitária”, Tenório faz alusão às duas casas de estudante disponíveis em Maceió à época: A Casa dos Estudantes Secundaristas de Alagoas (CESA) e a Casa do Estudante Universitário (CAEU).

Este não foi o único desafio durante o processo de criação da Universidade Federal de Alagoas. Primeiro, Verçosa e Cavalcante (2013) elucidam que as duas faculdades de Odontologia, por exigência imposta pelo Ministério da Educação, precisaram se aglutinar para que pudessem participar na criação da universidade. Essa fusão não foi livre de problemas, uma vez que precisavam, por consenso, compor um grupo de professores oriundos das duas instituições, pois não havia vaga para todos. Segundo porque, segundo os autores, havia o receio da proliferação dos doutores, o que diminuiria o valor simbólico do diploma superior obtido pelas elites alagoanas.

Para se compreender a dimensão do privilégio que era o ensino superior, Tenório (2007), baseado no censo do IBGE de 1950, período de dinamismo no processo de criação de escolas de ensino superior, demonstra que Alagoas contava com uma população de 1.090.277 pessoas, das quais apenas 1003 possuíam ensino superior. Destaca-se que este reduzido número era fragmentado em 837 homens e 65 mulheres brancos, 2 homens negros, 46 homens e 2 mulheres pardos, 49 homens e 2 mulheres estrangeiros, o que correspondia a 0,09% da população da época. De fato, a educação superior era privilégio para poucos.

A criação da Universidade Federal de Alagoas foi um grande marco na história do ensino superior do estado. No entanto, disponibilizou cursos apenas na capital, Maceió. Sua interiorização demorou mais de quatro décadas, com abertura de um campus em Arapiraca em 2006, com unidades nas cidades de Viçosa, Penedo e Palmeira dos Índios, e do campus do sertão em 2010, com unidades em Delmiro Golveia e Santana do Ipanema.

Em 2019, a universidade, de acordo com números divulgados em seu portal (numeros.ufal.br), possuía 3.406 servidores espalhados nos 3 campi e mais de 30.000 alunos em cursos de graduação e pós-graduação, os quais se subdividem em 89 cursos de graduação, 12 cursos técnicos profissionalizantes, 6 cursos de pós-graduação *lato-sensu*, 55 cursos de pós-graduação *stricto-sensu*, 375 grupos de pesquisa e 346 projetos de extensão.

Contudo, um erro no processo de aprovação e classificação no vestibular de medicina da Universidade Federal de Alagoas em 1968 desencadearia um movimento que daria origem à Escola de Ciências Médicas de Alagoas – ECMAL, origem da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas.

2.3 – Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - UNCISAL

A Escola de Ciências Médicas de Alagoas (ECMAL) foi a precursora do ensino de saúde na rede pública estadual do estado. Sua origem, no entanto, foi decorrente de um ato falho no processo seletivo de vestibular para o curso de medicina da UFAL. Um dos entrevistados comenta sobre esse ocorrido:

Fragmento (04)

O fato mesmo que desencadeou foi que em 67-68 teve uma falha no edital do vestibular da UFAL. Eles consideravam aprovados todos aqueles que obtivessem uma nota diferente de zero (...) não tinha uma nota de corte (...), mas só poderia ser chamado o número relativo de vagas (...) começou uma briga, desse grupo de excedentes que reivindicavam que haviam sido aprovados no vestibular (Informação verbal).

O entrevistado, por meio da seleção lexical “falha no edital do vestibular”, relembra mais uma vez o momento histórico de criação da ECMAL. Segundo História de Alagoas (2015a), em 1968, na divulgação dos resultados dos aprovados no vestibular de medicina, a Universidade Federal de Alagoas categorizou todos os 184 inscritos no concurso para o curso de medicina como aprovados, no entanto dispunha de apenas 70 vagas, as quais foram preenchidas pelos aprovados e classificados. Os candidatos não classificados reivindicaram vagas, uma vez que o resultado era de aprovação. É importante destacar que havia um sentimento no território nacional de necessidade de ampliação das vagas do ensino superior público pela população estudantil.

Essa falha, ou forma diferente de interpretação dos fatos, levou os estudantes não classificados a se tornarem conhecidos como “grupo de excedentes”, como pontuou o entrevistado. História de Alagoas (2015a) explica que uma comissão formada pela iniciativa estudantil levou ao então ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, uma solicitação de ampliação das vagas. O ensino superior sofria cortes significativos nesta época, e o ministério da educação não se mostrava muito entusiasta em relação à causa estudantil, alegando que havia um número expressivo de “excedentes”. Ainda, o então reitor da UFAL, A. C. Simões (nome do maior campus da UFAL na atualidade), entendia que os protestos não eram válidos, uma vez que os candidatos tinham conhecimento prévio da limitação de vagas (História de Alagoas, 2015a).

Nesta efervescência, os “excedentes” ganham apoio do governador Lamenha Filho e outros membros importantes da sociedade alagoana e, em março de 1968, mediante um acordo

entre a UFAL, o Governo do Estado e o Ministério da Educação, foi autorizada a matrícula dos 114 excedentes no curso de medicina em uma nova escola médica a ser denominada de Escola de Ciências Médicas de Alagoas (História de Alagoas, 2015a).

O espírito de união, de força para um objetivo em comum, característica inicial dos excedentes, aparentemente ficou encrustado na essência desta instituição. Durante a coleta de dados, enquanto esperava pelo respondente, este pesquisador conheceu uma funcionária que estava nesta instituição desde a época da ECMAL. Ela será aqui denominada Eleos, deusa da piedade e caridade na mitologia grega. Eleos é uma senhora idosa, com cerca de 80 anos de idade, franzina e com um sorriso contagiante. Ela recepcionou este pesquisador com muita atenção, perguntando se poderia ajudar. Com uma resposta afirmava, foi informada que se buscava informações sobre a história da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas. Eleos informou que não havia muita coisa escrita, mas apresentou um trabalho inacabado feito por um dos docentes da casa.

Eleos, empolgada, com uma felicidade típica de quem aprendeu na vida a apenas colher o que é bom, comenta que tem uma paixão pela docência. Professora do ensino fundamental do estado, via a UNCISAL como extensão de sua casa, e seus alunos, assim como os demais alunos da UNCISAL, como seus filhos. Rapidamente pega o aparelho celular e mostra um grupo de um aplicativo de mensagens com egressos do curso de medicina daquela instituição. Explica que foram todos alunos cotistas¹ e que ela havia criado aquele grupo como uma corrente do bem, para que eles pudessem contribuir para o desenvolvimento de alunos carentes. Ao ser perguntada se eles contribuía, prontamente mostrou uma foto com cerca de 15 estetoscópios e 15 aferidores de pressão arterial, doados por uma egressa com a mensagem: “Tenho certeza que você saberá a quem destinar”.

Eleos se orgulhava deste trabalho, fazia com que ela se sentisse útil. Ela afirmava ser uma exímia cobradora dos egressos que haviam de alguma forma se beneficiado de programas no passado. Segundo Eleos, isso era o mínimo que eles poderiam fazer, uma vez que hoje se encontravam em uma posição privilegiada, de onde poderiam ajudar outros no presente como foram ajudados no passado. A ajuda, em sua grande maioria, era de equipamentos básicos para o exercício da medicina, mas não limitado a esses. Informou que toda a fachada da universidade foi reformada com dinheiro doado por egressos de uma turma do passado. “Aqui, nós somos e nos tratamos como uma família”, afirmou.

A união que pressionou as autoridades no final da década de 60 para a criação da ECMAL se estende até o presente, pelo menos no curso de medicina na Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas. A estrutura relativamente pequena da instituição, que

¹ Alunos cotistas, segundo Eleos, eram aqueles de que alguma forma, foram beneficiados com bolsas para que pudessem estudar suas graduações.

colabora para a sensação de escola, é tão visceral que foi apenas em 2005 que passou a condição de universidade.

Em 2019, a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas possuía 3.050 servidores ativos, segundo portal transparência Graciliano Ramos, e um corpo discente de mais de 4.000 alunos, distribuídos em cinco cursos de bacharelado, oito cursos tecnológicos, seis cursos técnicos, cinco cursos de pós-graduação lato-sensu, um *dinter* com a Universidade de São Paulo e um Renorbio (programa de mestrado/doutorado em rede na área de gestão).

A década de 70 foi um marco para o ensino superior em Alagoas, com o surgimento de instituições de ensino superior da rede pública e privada. A seguir, será narrada a história de outra instituição da rede estadual de ensino superior, que nasce muito próxima da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas.

2.4 – Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL

Em diversos momentos deste capítulo foram apresentadas as dificuldades de acesso à educação superior no estado de Alagoas. Essas dificuldades eram causadas ora pelo acesso restrito ao ensino superior na capital, ora pelas condições precárias da maioria da população do estado, que buscava, em primeiro lugar, a sobrevivência, em detrimento da educação.

Com o objetivo aproximar o ensino superior do interior, Salsa (2010) lembra que o prefeito de Arapiraca², João Batista, no ano de 1970, buscando melhores qualificações de seus professores, por meio de seu diretor do Departamento de Educação, Severino Leão, autoriza a criação da primeira faculdade de ensino superior do interior de Alagoas. O autor reconta que, por votação unânime, a câmara dos vereadores da cidade de Arapiraca, em 13 de outubro de 1970, aprova a criação da Fundação Educacional do Agreste (FUNEC), mantenedora da Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca – FFPA que funcionava apenas com licenciaturas curtas, de três anos, em Estudos Sociais, Letras e Ciências.

Salsa (2010) destaca que mesmo com origem na esfera municipal e com apoio do governo estadual, a faculdade cobrava mensalidades de seus alunos, o que consumia, em média, um terço da renda dos estudantes. É importante informar que os cursos funcionavam a noite, permitindo que os estudantes mantivessem seus empregos. Um dos egressos desta época, Carlindo Lira Pereira, líder de turma do curso de Letras e participante ativo desse processo, relatou que as dificuldades financeiras dos filhos dos trabalhadores rurais e feirantes autônomos, a maioria alunos da instituição, eram significativas, uma vez que muitos não

² A cidade mais importante do interior do estado de Alagoas.

recebiam nem um salário mínimo. Destaca-se, mais uma vez, que o ensino superior de Alagoas teve suas origens marcadas pela cobrança de mensalidades de seus alunos. Nesse sentido, fica evidente que o acesso à educação estava disponível, em sua grande maioria, para aqueles que poderiam pagar.

Somente após 14 anos de funcionamento que a instituição recebe autorização para oferta de cursos em licenciatura plena, fazendo com que os egressos dos cursos de licenciaturas curtas retornassem à instituição para complementação de seus estudos (Salsa, 2010). A iniciativa de criação de uma instituição de ensino superior no interior do estado foi, no mínimo, visionária, mas não livre de dificuldades.

Não só as mensalidades desafiavam o processo de democratização do acesso ao ensino superior no interior de Alagoas. Havia também, como apontou Salsa (2010), problemas de ordem orçamentária, com o congelamento do pagamento dos salários dos professores por mais de dois anos. Apesar disso, os professores se mantiveram assíduos e comprometidos com seus deveres acadêmicos. O autor, testemunha ocular deste momento histórico como acadêmico de Letras, narra o processo de estadualização da instituição, que, devido à vários encontros e desencontros, todos vinculados aos interesses políticos, só conseguiu ser efetivamente consolidado em 1990, graças ao engajamento discente. A partir daí, a Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca transforma-se em pessoa jurídica de direito público. Apesar de sua importância, esta vitória, como conta Salsa (2010), não representou solução para os desafios da instituição, que ainda contava com atrasos significativos no pagamento dos professores, que eram assistidos pelos esforços de empresários locais e poucos representantes da classe política, como demonstra o entrevistado 18.

Fragmento (05)

A fundação começou a cair financeiramente e foi anunciado que nós iríamos ser demitidos (...) nós iríamos ficar sem salário (...) fizemos uma reunião com a diretora presidente da época e informamos que eles tinham que nos ajudar de alguma forma, financeiramente e até com alimentos. Eles foram até a sociedade e pediram doação de cestas básicas (...) foi muito constrangedor (Informação verbal).

O entrevistado 18, ao lembrar este momento, esclarece que a própria gestão da fundação comunicou que eles não receberiam seus pagamentos, por meio da seleção lexical “ficar sem salário”. É importante mencionar que o comando da fundação era feito por indicações políticas, e nem sempre estava alinhado com os interesses de seus membros. Esse fato só veio mudar em 2006, com a implementação de processo democrático de eleição para escolha de seus representantes. Talvez por esta razão, em um momento tão delicado, o

entrevistado 18, por meio da seleção lexical “eles tinham que nos apoiar”, indica uma pluralidade da ajuda, ainda que a reunião tivesse sido feita com o presidente da fundação. O que o entrevistado queria dizer é que o presidente da fundação, em conjunto com seu padrinho político, deveria tomar providências com intuito de resolver o dilema do pagamento dos salários. A ajuda veio por meio de “alimentos”, cestas básicas que eram doadas por empresários locais, como forma de minimizar os sofrimentos dos técnicos e professores. Essa realidade, no entanto, aponta um momento trágico na história da instituição, levada (propositalmente?) ao esquecimento, possivelmente porque, como apontou o entrevistado, “foi muito constrangedor”.

Mesmo diante de tantos desafios de ordem orçamentária, a Fundação Educacional do Agreste se expande, como aponta Salsa (2010), por meio da criação da Escola Superior de Administração e Negócios do Agreste em 1992, a Escola Superior de Ciências Humanas, Físicas e Biológicas do Sertão (ESSER), na cidade de Santana do Ipanema, em 1994, e a Escola Superior de Ciências Humanas e Econômicas de Palmeira dos Índios (ESPI), na cidade de Palmeira dos Índios, em 1995.

Outro grande marco na história desta instituição foi a modificação da mantenedora para a Fundação Universidade Estadual de Alagoas (FUNESA) em 1995. Salsa (2010), ao relembrar esse momento, informa que, devido à grave crise financeira enfrentada pelo governo do estado, um programa de desligamento voluntário foi implementado, com apoio do governo federal. Vários servidores com salários atrasados aderiram ao programa e a FUNESA perdeu 83,82% de seus professores. Por isso, contava, à época, com apenas quatro técnicos que deveriam atender toda a estrutura. Essa realidade forçou a fundação a contratar trabalhadores em regime de prestação de serviços, para que os ideais de expansão pudessem ser consolidados.

Assim, em 1998, é criado o campus na cidade de São Miguel dos Campos. Em 2006, a Escola Superior de União dos Palmares (ESUP), na cidade de União dos Palmares, é inaugurada. Nesse mesmo ano, a instituição é credenciada como universidade e passa a ser denominada de Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). O último campus a ser criado, até o presente, foi o de Maceió, em 2012.

Em 2019, a Universidade Estadual de Alagoas possuía 350 servidores ativos, um corpo discente de aproximadamente 6.646 alunos, distribuídos em 34 cursos de graduação, mais de 30 cursos de pós-graduação lato-sensu, uma pós-graduação stricto-sensu e dois convênios de *dinters*, sendo um com a Universidade Estadual de Maringá e outro com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A seguir, a primeira instituição de ensino superior privada sem fins lucrativos, que surge também na década de 70 junto com a Universidade Estadual de Alagoas, será apresentada.

2.5 – Centro de Estudos Superiores de Maceió - CESMAC

A história do Centro de Estudos Superiores de Maceió, CESMAC, assim como da educação do estado de Alagoas, se associa ao padre Teófanés Augusto de Araújo Barros. Natural de São José da Lage, Alagoas, padre Teófanés teve papel fundamental no processo de alfabetização no estado. Segundo História de Alagoas (2015b), o lema do padre era “educar para elevar” e, a partir dele, cria-se a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, que formou mais de 60 escolas ginasiais e colegiais na capital e no interior do estado de Alagoas.

Padre Teófanés foi também fundador da faculdade de filosofia, em 1952, na cidade de Maceió, posteriormente aglutinada na Universidade Federal de Alagoas. História de Alagoas (2015c) mostra que o Centro de Estudos Superiores de Maceió, também idealizado por Padre Teófanés, foi concebido para funcionar no período noturno, com o objetivo de proporcionar oportunidade de ensino superior para aqueles que trabalhavam durante o dia.

As articulações de fundação de uma instituição de ensino superior privada, mas sem fins lucrativos, começaram em 1971. No entanto, apenas em 1973 isso se torna uma realidade. História de Alagoas (2015c) esclarece que a iniciativa demorou para se concretizar, pois encontrava resistência da sociedade e das instituições governamentais, especialmente da Universidade Federal de Alagoas, que via a iniciativa como desnecessária.

A figura do padre Teófanés foi decisiva para articular com a esfera política a necessidade do empreendimento e, de acordo com História de Alagoas (2015c) foi só após convênio com a prefeitura de Maceió que o empreendimento tomou forma, recebendo autorização para os cursos de Direito, Administração, Ciências Contábeis, Filosofia, Ciências, Letras, Serviço Social, História, Educação Moral e Cívica, Pedagogia, Educação Artística, Ciências Agrária, Biblioteconomia e Psicologia. Até a oferta do primeiro vestibular, em 1975, houve muitos entraves burocráticos em Brasília, em sua maioria oriundos de interpretações legais, mas principalmente devido à articulação daqueles que não queriam (por alguma razão desconhecida até o momento) a criação da faculdade (História de Alagoas, 2015c).

O Centro de Estudos Superiores de Maceió, instituição tipicamente alagoana, nasce, assim como a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas e a Universidade Estadual de Alagoas, a partir de uma trajetória de batalhas e lutas pela educação superior no

estado. Ainda que não detalhados nesta sessão, mas os entraves, o processo pedagógico de convencimento das autoridades locais e as instalações iniciais inexistentes são apenas alguns dos desafios enfrentados na infância desta instituição. Somente por meio da pessoa do Padre Teófanos e sua capacidade de articulação foi que a instituição se tornou possível e, em 2012, foi reconhecida como o primeiro centro universitário do setor privado do estado de Alagoas.

Em 2019, o Centro de Estudos Superiores de Maceió estava presente nas cidades de Arapiraca, Palmeira dos Índios, Maceió e Marechal Deodoro no estado de Alagoas, e conta com mais de 10.000 alunos distribuídos em 23 cursos de graduação, 3 cursos de pós-graduação stricto-sensu, 3 *dinters* conveniados com a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Presbiteriana Mackenzie e Universidade Católica de Minas Gerais e mais de 100 cursos de pós-graduação lato-sensu em diversas áreas do conhecimento. Em 2018 foram executados 213 projetos de pesquisa, 207 projetos de extensão, 282 monitorias, 162 convênios com empresas e R\$854.099,46 de projetos aprovados na pós-graduação stricto-sensu (Fejalcesmac, 2018).

A seguir, a trajetória do Centro Universitário Tiradentes, grupo sergipano, será apresentada.

2.6 – Centro Universitário Tiradentes - UNIT

O Centro Universitário Tiradentes é recente no cenário do ensino superior em Alagoas. A instituição chega à cidade de Maceió em 2006, como expansão do empreendimento sergipano. Em sua cidade de origem, Aracaju - SE, a instituição, que já se encontra em condição de universidade e foi pioneira no ensino superior privado em Sergipe, funciona desde 1972.

A história da instituição em Alagoas ainda está sendo construída, mas a origem foi bastante tímida, com os cursos de Serviço Social, Administração e Ciências Contábeis no shopping Iguatemi, hoje Maceió shopping. A rápida aceitação do mercado alagoano faz com que, em 2007, a instituição inaugure suas instalações no bairro Cruz das Almas, hoje com mais de 67.000 metros quadrados de prédios, bibliotecas, laboratórios e clínicas.

O ano de 2014, apenas oito anos após a chegada na cidade, marca o credenciamento da instituição como centro universitário. Segundo o portal da rede de computadores (al.unit.br/), a instituição possui mais de 9 mil alunos, distribuídos em 27 cursos de graduação, 28 cursos de pós-graduação lato-sensu e dois cursos de pós-graduação stricto-sensu.

Metodologia

Esta é uma pesquisa qualitativa e interpretativista. Baseou-se nas falas dos sujeitos vinculados às instituições de ensino superior, ou seja, funcionários da Universidade Estadual de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas, Instituto Federal de Alagoas, Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Centro de Estudos Superiores de Maceió, Centro Universitário Tiradentes, Faculdade Maurício de Nassau que alimentam as respostas dos objetivos desta pesquisa. Esses sujeitos foram identificados por meio do e-Mec, selecionando o estado de Alagoas, as categorias administrativas pública municipal, federal, estadual, privada, com e sem fins lucrativos e especial. A organização acadêmica foi de centros universitários, institutos federais e universidades com credenciamento para funcionamento presencial.

Foram selecionados os reitores ou vice-reitores das instituições para responder as perguntas de um roteiro de entrevista semiestruturado. Os representantes máximos das instituições foram selecionados como forma de acesso as informações mais profundas das instituições. Todas as instituições estiveram disponíveis e consentiram em participar desta pesquisa, com exceção da Faculdade Maurício de Nassau, a qual foi excluída do escopo desta pesquisa por inacessibilidade.

As entrevistas tiveram duração total de 15 horas, 32 minutos e 12 segundo distribuídas em 18 entrevistados. As entrevistas foram transcritas, codificadas e analisadas pela análise conteúdo através de categorias previamente identificadas conforme recomendado por Bardin (1977).

Análise de Resultados

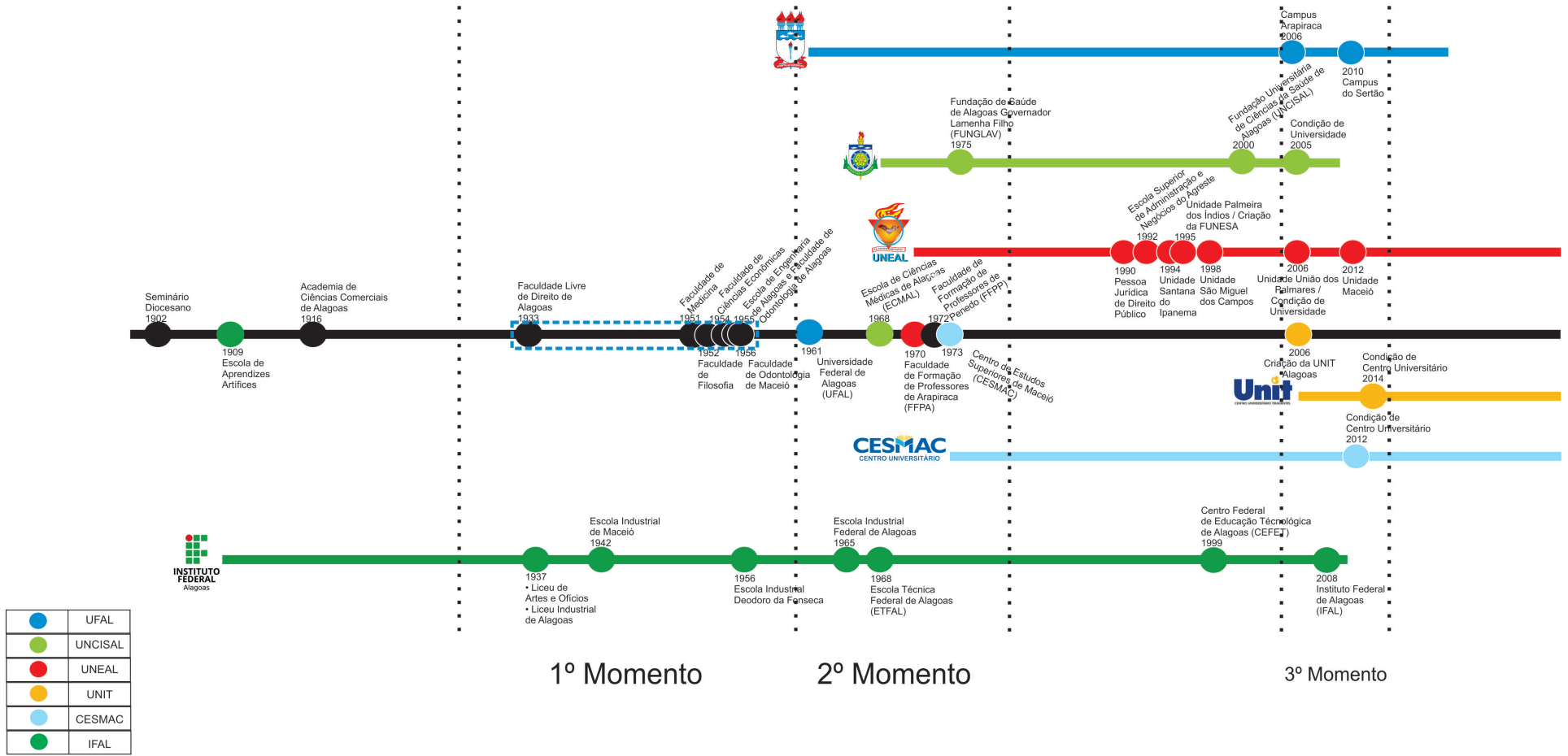
A história do ensino superior no estado de Alagoas foi vigiada e, até certo ponto, controlada pelo coronel do sertão (elite), como pontuou o entrevistado 2. O acesso ao ensino superior tardio, em grande parte vinculado aos interesses de uma minoria privilegiada, como pontuou Verçosa (1997), não favoreceu o desenvolvimento do saber no estado.

A história do ensino superior, narrada a partir das instituições de ensino, escopo desta pesquisa, como descrita nos tópicos anteriores, pode ser compreendida a partir de três momentos distintos: um primeiro momento de impulsionamento do saber; um segundo momento de luta; e um terceiro de consolidação, como pode ser percebido na figura 1, que apresenta a construção de uma linha do tempo do ensino superior em Alagoas.



Figura 1 – Linha do tempo do ensino superior no estado de Alagoas³

³ Fonte: Elaboração própria (2019).





O primeiro momento, como pode ser percebido na figura 31, vai de 1930 até 1960, com a criação de faculdades, em sua grande maioria de origem particular, que impulsionaram o saber no estado de Alagoas. Verçosa e Cavalcante (2013) elucidam que antes deste período, em 1902, o ensino superior esteve instituído no estado de forma informal, com o seminário diocesano. No entanto, o acesso ao ensino superior, vinculado à formação de profissionais, ocorre apenas após 1930. Neste primeiro momento, percebe-se que as figuras de Agostinho Benedito de Oliveira com a faculdade de Direito e do padre Teófanos Augusto de Araújo Barros com a faculdade de filosofia, mas não apenas estas, estabeleceram e contribuíram de forma significativa, por meio de suas articulações políticas, fomentando o ensino superior no estado em momentos distintos.

O segundo momento, que vai de 1960 até 1980, é marcado por lutas significativas e grandes transformações. O marco inicial foi a criação da Universidade Federal de Alagoas, em 1961, primeira instituição de ensino superior público e gratuito no estado. Em efeito cascata, nasce a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, a Universidade Estadual de Alagoas e o Centro de Estudos Superiores de Maceió. Essas três últimas surgem frutos de anseios, ora vinculados a lutas, ora à vontade de disseminar o ensino superior pelo estado, mas todos trilhados com dificuldades.

A maior dificuldade enfrentada pelas instituições, neste momento, foi a resistência da elite, que via o ensino superior como não necessário para a realidade do estado e principalmente, queria reservar estes saberes para os poucos privilegiados que podiam ser enviados para outros estados em busca de conhecimento. Ainda, houve a ausência de apoio das próprias instituições, que surgiram sem acordos de cooperação entre si (em alguns casos, a resistência era mais comum, como no caso da UFAL em relação a UNCISAL e CESMAC nos momentos iniciais descritos anteriormente).

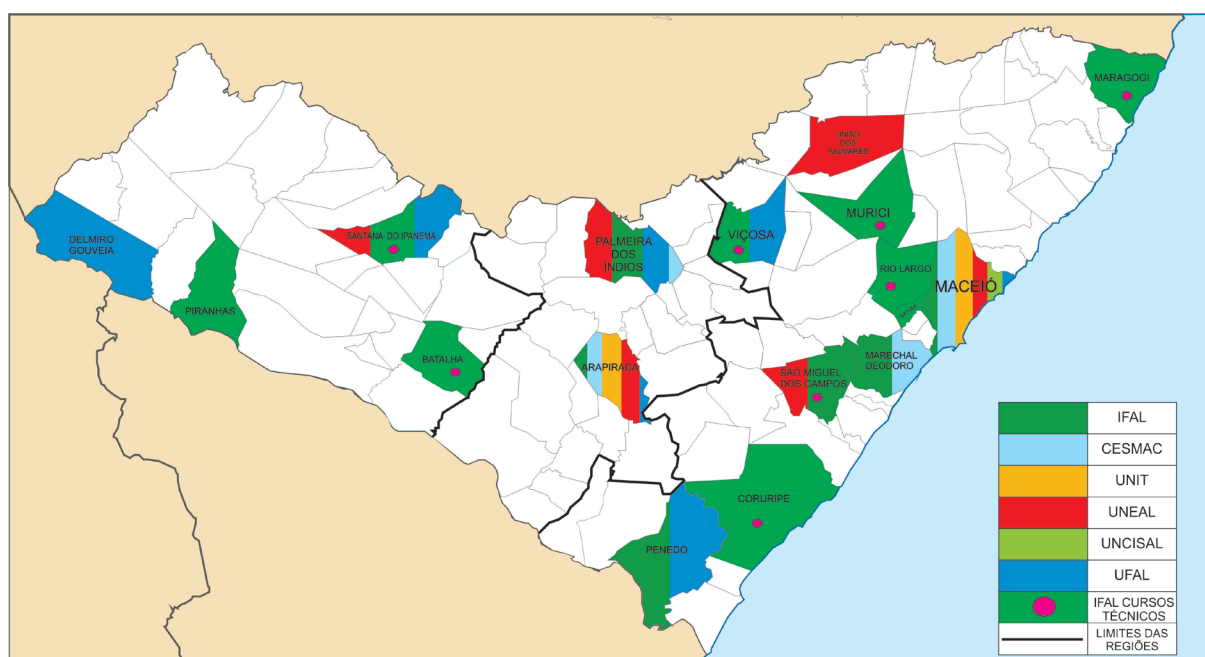
Nesse sentido, as instituições que surgiram após a Universidade Federal de Alagoas não nasceram por um decreto, como essa, mas a partir de uma luta pelo ensino superior, seja por seu acesso no interior do estado ou para trabalhadores que só poderiam estudar no turno noturno.

O terceiro momento vai de 2005 até 2015. Os grandes marcos são a elevação da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas e da Universidade Estadual de Alagoas à condição de universidades, em 2005 e 2006, respectivamente. Ainda que tardia, a Universidade Federal de Alagoas inicia sua interiorização após 45 anos de sua existência na capital do estado, com o campus de Arapiraca em 2006 e o campus do sertão em 2010. Neste

mesmo período, aqui denominado de consolidação do ensino superior, o Centro de Estudos Superiores de Maceió e Centro Universitário Tiradentes são reconhecidos como centros universitários pelo Ministério da Educação, em 2012 e 2014, respectivamente.

Com a consolidação das instituições públicas e o crescimento das instituições privadas, percebe-se uma modificação no cenário da educação superior do estado. Na década de 60 o ensino superior era possível apenas na capital, Maceió. A figura 32 apresenta a presença atual das instituições de ensino superior no estado de Alagoas, por cidade.

Figura 1 – Presença das instituições de ensino superior no estado de Alagoas⁴



As principais instituições de ensino superior, incluindo todas as públicas, conforme observado na figura 2, estão concentradas na zona da mata alagoana. A Universidade Estadual de Alagoas e o Instituto Federal de Alagoas são mais representativos no interior do estado, ainda que muitos campi interioranos do IFAL sejam apenas de cursos técnicos, apresentados com um círculo de cor roxa, conforme legenda. A parte mais comprometida é o norte do estado, que conta com a presença apenas do IFAL, em Maragogi, com os cursos técnicos de agroecologia e hospedagem.

⁴ **Fonte:** Elaboração própria (2019)

O cenário da educação superior mudou desde a década de 50, com as primeiras faculdades do estado. Nesta época, apenas 0,09% da população de Alagoas possuía ensino superior. Com a advento das universidades públicas e particulares, o índice foi melhorado. Segundo o censo do IBGE de 2010, Alagoas possui 118.733 pessoas com ensino superior completo, dos quais 909 se classificam como amarelos, 62.526 como brancos, 268 como indígenas, 49.910 como pardos e 5.120 como pretos. Nesse sentido, 3,8% da população de Alagoas possui ensino superior atualmente. A evolução de 0,09% para 3,8% é significativa, no entanto, a estatística não é das melhores, colocando o estado de Alagoas na penúltima posição no Nordeste, perdendo apenas para o estado do Maranhão em proporção de pessoas com ensino superior completo em relação a população do estado.

Considerações Finais

O ensino superior em Alagoas, desde sua gênese na década de 30, esteve vinculado a elite do estado, que muito pouco fez para democratizar o seu acesso. Essa história pode ser desmembrada em três momentos específicos, a saber: um primeiro momento de busca pelo saber, um segundo de luta pela democratização do acesso, especificamente para o interior do estado, e um terceiro de consolidação do ensino superior.

Com a consolidação das instituições públicas e o crescimento das instituições privadas, percebe-se uma modificação no cenário da educação superior do estado, e, portanto, do seu desenvolvimento. Na década de 60 o ensino superior era apenas possível na capital, Maceió. No cenário atual, considerando as instituições estudadas, 12 cidades possuem acesso à educação superior nas três regiões do estado: zona da mata, agreste e sertão. No entanto, apenas 3,8% da população de Alagoas possui ensino superior completo, segundo o censo de 2010.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (1977) *Análise de conteúdo*. LDA.
- Bonan, I. (2010) *Da escola de aprendizes artífices ao Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (1909/2009): cem anos de história profissionalizante em Alagoas*. EdFUFAL,
- Fejalcesmac (2018). *Relatório anual de 2018*. Maceió.
- História de Alagoas. (2019, set, 14). *Estudantes “excedentes” e a criação da Escola de Ciências Médicas de Alagoas*. 2015a. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/estudantes-excedentes-e-a-criacao-da-escola-de-ciencias-medicas-de-alagoas.html>>.

- História de Alagoas. (2019, set, 16). *Padre Teófanés Augusto de Barros, educando para elevar*. 2015b. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/padre-teofanes-augusto-de-barros.html>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- História de Alagoas. (2019, set, 16). *História do Centro Universitário Cesmac*. 2015c. Disponível em: <<https://www.historiadealagoas.com.br/historia-do-centro-universitario-cesmac.html>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- Ianni, O. (1977). *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930 – 1970)*. Civilização Brasileira.
- Salsa, D. (2010). *UNEAL: 40 anos de lutas e conquistas*. EdUneal.
- Secretaria de Estado e do Planejamento e do Desenvolvimento de Alagoas. (2022, mar, 05). *Pessoas com o Ensino Superior completo – 2010*. Disponível em: <<http://dados.al.gov.br/dataset/mapas-de-educacao-e-cultura-2014/resource/5113ba55-4c28-45fo-bab3-e3caf91ad007>>.
- Tenório, D. (2077). *A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão*. UFAL.
- Verçosa, E. & Cavalcante, S. (2013). *Universidade Federal de Alagoas: o livro dos 50 anos*. 2 ed. EdUfal.
- Verçosa, E. (1997). *Cultura e educação nas Alagoas*. EDUFAL.